

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SETE-----

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e sete, reuniu pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte:-----

-----ORDEM DO DIA:-----

- 1. Expediente.**-----
- 2. Actas.**-----
- 3. Comissão para acompanhamento da situação relativa ao encerramento do SADU – Conclusões.**-----
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a) Derrama/ano de 2008;**-----
 - b) Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI;**-----
 - c) Participação variável no IRS – Fixação de percentagem;**-----
 - d) Sala de Convívio da Associação de Moradores de Aldeia dos Chãos – Constituição de Direito de Superfície – Interesse Público das instalações;**-----
 - e) Aquisição de serviços para revisão do Plano Director Municipal – PDM – Repartição de encargos;**-----
 - f) Alteração ao Loteamento Municipal de S. Domingos – Desafecção de terreno do Domínio Público;**-----
 - g) Bairro da Atalaia, Lote 12 – Anexação de parcela de terreno – Desafecção do Domínio Público;**-----
 - h) Bairro da Atalaia Sul, Lote nº 1 – Anexação de parcela de terreno – Desafecção do Domínio Público;**-----
 - i) Associação Cultural Recreativa e Religiosa de Santo André Aldeia – Constituição de Direito de Superfície – Sala de Convívio – Rectificação da deliberação da Assembleia Municipal de 21 de Dezembro de 2006.**-----
- 5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA**-----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Olímpia Lampreia Silva, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Joaquim António Gamito, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Augusto Sabino Diogo, José Élio Sucena, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Carlos Manuel Pereira Dias, António João Antunes Isidoro, Jorge Manuel Romano Pinela, José Joaquim Catalino dos Santos, Jaime Pires de Cáceres e Margarida Isabel de Matos Pereira e Paula Lopes.-----

Verificou-se ainda a presença, do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença e dos senhores Vereadores, Margarida Santos, José Rosado, Álvaro Beijinha, Manuel Mourão e Maria dos Anjos Polícia.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

O senhor Presidente colocou para apreciação da Assembleia o pedido de suspensão de mandato, na presente sessão, da senhora Segunda Secretária, Margarida Isabel de Matos Pereira, eleita pela CDU.-----

Não foram levantadas objecções, pelo que o senhor Presidente procedeu, de imediato, à sua substituição, pelo eleito que se seguia na lista da CDU, senhor António Brites Afonso, convocado para o efeito.-----

O senhor Presidente deu conhecimento da impossibilidade de substituir, na presente Sessão, o senhor Luís Duarte, eleito pelo PS, o qual renunciou ao mandato, porque o eleito que se segue na lista, senhor Nelson José Bento Raposo, não compareceu, apesar de convocado, nos termos da lei.-----

O senhor Presidente deu ainda conhecimento que o senhor José Catalino, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, se faz representar, nesta Sessão, pelo seu substituto legal, senhor Albano Joaquim Mestre Pereira, e o senhor Jaime Pires de Cáceres, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, se faz representar pela sua substituta legal, senhora Ângela de Jesus Matias.-----

-----**SUBSTITUIÇÃO DA 2ª SECRETÁRIA**-----

Verificando-se a ausência da 2ª Secretária, o senhor Presidente nomeou “ad hoc” o senhor António Afonso para a substituir nesta Sessão.-----

-----**RELATÓRIO SOBRE A ESCASSEZ DE ÁGUA E SECAS – CANDIDATURA DA 1ª FASE DO SISTEMA INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO**---

O senhor José Sucena referiu que tomou conhecimento de um relatório publicado em Junho do ano em curso pela União Europeia, onde alerta para o facto de os danos provocados pelas secas terem causado, em 2003, aos países da União Europeia a quinze, um prejuízo na ordem dos nove mil milhões de euros e que Portugal, em 46 bacias hidrográficas estudadas, tem 15 sobre exploradas, sendo ainda referido que 20 %, ou mais, da água captada é desperdiçada nas redes de abastecimento.-----

Pelo que, gostaria que o senhor Presidente da Câmara, no seguimento de uma moção aprovada pela Assembleia Municipal na Sessão do passado dia 23 de Fevereiro, informasse qual a situação do processo de candidatura para financiamento da 1ª fase do Sistema Intermunicipal de Água e Saneamento apresentado pela Associação de Municípios do Litoral Alentejano à Direcção – Geral de Política Regional da Comissão Europeia.-----

Acrescentou que o aumento das captações em profundidade e a substituição da rede de abastecimento de água são hoje uma necessidade de urgente resolução que não permite hesitações ou protelamentos.-----

O senhor presidente da Câmara Municipal referiu que aquela candidatura não foi considerada pelo Fundo de Coesão, acrescentando que após a sua rejeição em Bruxelas, o senhor Ministro do Ambiente recebeu o Presidente da AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano e informou que o Ministério estava disponível para apoiar uma nova candidatura com recurso aos serviços de uma entidade credível, o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.-----

Acrescentou que, posteriormente, os Municípios foram abordados pela empresa Águas de Portugal, para a eventual criação de um Sistema Multimunicipal, em relação ao qual os Municípios associados colocam algumas reservas, dado que neste sistema os Municípios ficam em minoria e, se ocorrer uma privatização, o sistema também será privatizado. -----

Mais informou que, recentemente, o Conselho Directivo da AMLA, tomou uma posição, por maioria, com os votos contra dos Municípios de Sines e de Santiago do Cacém, no sentido de extinguir a empresa Litáguas, a qual foi criada, por unanimidade das Assembleias Municipais dos cinco Municípios do Litoral Alentejano.-----

Acrescentou que na reunião do Conselho Directivo da AMLA foram apresentados quatro cenários pelo Conselho de Administração da Litáguas:-----

1º - Reformulação da Candidatura ao Fundo de Coesão apresentada em Bruxelas.-----

2º - Abertura de concurso para a escolha de parceiros públicos ou privados, para acrescentar tecnologia, saber e capital àquela empresa.-----

3º - Adaptação dos Estatutos da Litáguas para possibilitar a gestão da água, em baixa.----

4º - A extinção da empresa.-----

Informou ainda que a posição que tomou foi no sentido de sugerir que fossem agregados os três primeiros cenários, manter o projecto e apresentar uma única candidatura, bem como aproveitar a ideia avançada pelo Ministério do Ambiente, de obtenção de um parecer do LNEC. Sugestões estas que foram rejeitadas pelos Municípios, de Alcácer, Odemira e Grândola. -----

Referiu também que os Municípios de Alcácer do Sal, Grândola e Odemira que votaram pela extinção da Litáguas, se preparam para aderir ao Sistema Multimunicipal, entregando a gestão da água à Empresa Águas de Portugal e aos interesses privados, de grandes grupos económicos internacionais.-----

O senhor José Sucena perguntou se é possível apresentar nova candidatura.-----

O senhor presidente da Câmara Municipal esclareceu que as candidaturas podem ser apresentadas a dois níveis; se forem superiores a vinte e cinco milhões de euros e englobando vários Municípios, podem ser apresentadas ao Fundo de Coesão. A outra possibilidade é através do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, o qual vigorará no período de 2007 a 2013.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal, se sabe qual tem sido a opção maioritária dos Municípios a nível do País em relação aos dois sistemas.-----

Questionou ainda, se a Câmara Municipal considera que o problema é o sistema deixar de ser Municipal ou deixar de ser público.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que uns Municípios têm optado pelo Sistema Intermunicipal e outros pelo Sistema Multimunicipal, estes em maioria. Acrescentou que alguns Municípios que aderiram ao sistema Multimunicipal querem sair do mesmo, mas não têm conseguido.-----

Relativamente à segunda questão colocada, considerou que não é indiferente estar num sistema Intermunicipal, onde o controlo está nas mãos dos Municípios, podendo estes tomar opções no âmbito social, do investimento e do tarifário, com uma garantia

superior do interesse público, o que não acontece no sistema Multimunicipal, onde os Municípios deixam de ter o controlo da situação, para além do risco da privatização daquele sistema, situação que tem sido admitida em relação à empresa Águas de Portugal.-----

O senhor Arnaldo Frade considerou que estas não são questões simples, porque qualquer um dos sistemas tem vantagens e desvantagens, pelo que, considera que o Município deve ponderar bem sobre o assunto.-----

Mais referiu que uma vantagem para os Municípios do Sistema Multimunicipal, é o facto do investimento passar a ser feito pela empresa Águas de Portugal, o que não é uma questão menor tendo em conta as dificuldades financeiras dos Municípios. Por outro lado, no caso de privatização da empresa Águas de Portugal, o Governo admite a possibilidade da introdução de mecanismos para que os Municípios tenham o direito de preferência relativamente a uma percentagem do capital.-----

O senhor Joaquim Gamito questionou, se é possível o Conselho de Administração da AMLA tomar a decisão unilateral de extinguir a empresa Litáguas, quando a mesma foi criada com base nas deliberações, por unanimidade, das Assembleias Municipais dos cinco Municípios.-----

O senhor José Sucena considerou que, sendo certo que foram as Assembleias Municipais que aprovaram a criação daquela Empresa, a decisão do Conselho Geral da AMLA, terá que ser ratificado pelas mesmas. Acrescentou que a questão que se coloca, é porque razão aquelas três Câmaras Municipais mudaram de opinião?-----

Quanto à questão da maioria dos Municípios do País ter optado pelo Sistema Multimunicipal, considerou que nem sempre a maioria toma a melhor opção, bastando olhar para o desconforto da população do País relativamente à maioria PS no Governo.--

Mais referiu que nos Municípios onde predomina o Sistema Multimunicipal é onde, já hoje, se coloca o problema da sobre-exploração da água e onde se sente a falta da mesma, com as preocupações inerentes relativas ao futuro.-----

Acrescentou que considera falaciosa a maneira como é colocada a questão relativa ao serviço público e ao serviço municipal, tendo em conta que o primeiro pode ser rapidamente privatizado para equilibrar o Orçamento de Estado ou por qualquer outra razão. Assim como considera falacioso o argumento de que a adesão dos Municípios ao Sistema Multimunicipal se traduzirá numa redução de despesas, quando a Administração Central tem vindo a transferir competências suas para a Administração Local, aumentando os encargos financeiros das Autarquias, para além das receitas que lhes têm vindo a retirar.-----

Referiu ainda que a água é um bem público, pelo que, o investimento que é feito pelas Autarquias para melhorar o abastecimento e a qualidade da mesma não é dinheiro mal gasto.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que é uma realidade a crescente transferência de competências da Administração Central para os Municípios, pelo que, não deixa de ser curioso o facto de uma Empresa Pública querer chamar a si a gestão de todos os sistemas de abastecimento de água no País.-----

Mais referiu que o Município tem uma boa experiência intermunicipal no processo de recolha e tratamento de resíduos, do qual também faz parte um parceiro privado. Acrescentou que é possível repetir esta experiência positiva na gestão da água e dos esgotos, tendo também em conta que as Autarquias estão mais próximas das pessoas, ao contrário de uma qualquer empresa sediada em Lisboa. Mais referiu que a lógica que

preside a esta questão é a grande apetência pela privatização deste bem público que é considerado o petróleo do século XXI.-----
Referiu ainda que o financiamento do sistema é obtido através de candidatura ao Fundo de Coesão, a qual também pode ser feita pelos Municípios.-----
Concluiu, considerando que o maior problema na adesão dos Municípios ao Sistema Intermunicipal, é a perda de controlo, durante trinta anos, relativamente a políticas tarifárias, de investimento e sociais, das quais ficam completamente arredados.-----
Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo estranhar que a maioria dos Municípios do País tenham optado pelo Sistema Multimunicipal, tendo em conta as questões levantadas. Acrescentou que este assunto deve ser analisado caso a caso.-----
Relativamente à extinção da empresa Litáguas, considerou que este assunto devia ser tratado numa reunião intermunicipal, para se perceber quais as razões que levaram a que três dos Municípios que integram a AMLA tomassem esta opção, dado que a Assembleia Municipal tem pouca informação sobre este processo.-----
Interveio o senhor Alexandre Rosa, começando por referir que a questão da água é uma questão estratégica não só para o Município, mas também para o País e para o Mundo em geral, sobre a qual deve ser feita uma discussão ponderada e sem preconceitos ideológicos relativos à sua propriedade e no referente ao papel dos Municípios e o papel do Estado, até porque, ambos são Estado.-----
Acrescentou que a questão é tão séria que não deve ser criada a possibilidade de um controlo absoluto da gestão deste recurso, nem por parte do Estado, nem por parte dos Municípios, pelo que, devem ser encontrados equilíbrios para uma interligação de ambos neste processo.-----
Mais referiu que, tendo a candidatura ao sistema intermunicipal sido recusada em Bruxelas, é oportuno aprofundar a discussão sobre este problema para repensar melhor a estratégia a seguir.-----
O senhor José Sucena considerou que não é possível discutir este assunto, de forma leal, franca e honesta, afastando a questão ideológica, porque estão em causa recursos universais que pertencem a todos, questionando sobre quem deve gerir as captações, as barragens, os recursos existentes e responder sobre eles às populações.-----
A senhora Maria Olímpia referiu que gostaria de saber, se é suficiente uma deliberação na AMLA para extinguir a empresa Litáguas.-----
O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o que foi aprovado foi uma proposta do Conselho Directivo da AMLA a submeter à Assembleia Intermunicipal, órgão com competência para aprovar a extinção da empresa.-----
Mais esclareceu que esta decisão não obriga o Município de Santiago do Cacém a sair do Sistema Intermunicipal, o qual terá que procurar uma forma de apresentar novamente a candidatura ao Fundo de Coesão, por si só, ou em conjunto com outros Municípios.---
Pelo senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

-----“MOÇÃO-----

Considerando os termos da moção aprovada pela Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, na Sessão de 23 de Fevereiro último, e a informação hoje prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, à Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 28 de Setembro de 2007, delibera:-----

1- Reiterar o seu apoio à Câmara Municipal nas diligências que vem fazendo e às iniciativas que tem tomado na Associação de Municípios do Litoral Alentejano, na defesa do Sistema Intermunicipal de Água e Saneamento do Litoral Alentejano, enquanto estrutura que inequivocamente garante a posse e distribuição públicas da água e

consequente defesa dos interesses da População do Concelho, sistema que oportunamente foi aprovado por unanimidade pelas cinco Assembleias Municipais do Litoral Alentejano.-----

2- Repudiar a iniciativa que os Executivos de maioria PS – Alcácer do Sal, Grândola e Odemira – pretendem tomar de encerrar a “Litáguas”, empresa constituída pelos cinco Municípios do Litoral Alentejano e vocacionada para gerir a captação e distribuição da água sob seu controlo maioritário, garantindo, assim, a manutenção desse bem escasso longe da especulação do grande capital privado, onde fatalmente iria parar em consequência da forte suspeita da futura privatização das “Águas de Portugal”, imposta por razões ideológicas como a seu tempo se verá, ao serviço das pessoas.-----

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação.-----

A **proposta de Moção** foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dezoito dos senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, António Brites Afonso, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, eleitos da CDU, e um do senhor Francisco Roque, eleito do BE. Uma abstenção, do senhor Nuno Braz, eleito do PSD, e seis votos contra, dos senhores, Alexandre Rosa, Arnaldo Frade, José Diogo, Miriam Vicente, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, eleitos do PS.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade, em representação do Grupo Municipal do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Votamos contra na medida em que estamos a falar de uma matéria da maior importância e manda a prudência e o interesse do Município que estas questões sejam bem analisadas, bem reflectidas, para que as decisões possam ser as melhores.”-----

REGI – PROJECTO DA REGIÃO DIGITAL DO LITORAL ALENTEJANO-----

Interveio o senhor Rui Madeira, solicitando informações sobre a empresa REGI e sobre o Projecto da Região Digital, no âmbito do qual a Junta de Freguesia de Alvalade se candidatou à instalação, na sua sede, de um posto público de internet. Acrescentou estar preocupado com algumas notícias que têm surgido nos últimos tempos sobre problemas de gestão naquela empresa.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, desde há algum tempo, as Câmaras Municipais de Santiago do Cacém, Sines, Grândola e Odemira têm vindo a colocar dúvidas e preocupações sobre a gestão da Regi, devido, nomeadamente, ao grande atraso na implementação das acções previstas no Projecto da Região Digital, acrescentando que a resposta que sempre obtiveram por parte do Presidente do Conselho de Administração da mesma é que estava tudo bem. Contudo, recentemente, tomaram conhecimento do conteúdo da acta do Conselho de Administração da Regi, de vinte e três de Julho, onde foi proposta a exoneração da Directora Executiva, devido a procedimentos irregulares.-----

Acrescentou que o Presidente da Câmara Municipal de Sines e ele próprio, sempre se manifestaram contra a nomeação daquela Directora Executiva, por considerarem que a mesma não tinha perfil para aquelas funções, o que foi comprovado na prática. Assim como discordaram das razões que tiveram na base da sua nomeação, as quais, segundo o

Presidente do Conselho de Administração da Regi e Presidente da Câmara Municipal de Alcácer, tinham a ver com o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela mesma, ao serviço do PS, nas últimas eleições autárquicas.-----

Informou ainda sobre os atrasos no desenvolvimento do projecto da Região Digital nos cinco Municípios em geral e em Santiago do Cacém em particular, onde falta a ligação aos diferentes pontos de acesso da rede de fibra óptica.-----

O senhor Arnaldo Frade questionou, se a Câmara Municipal de Santiago do Cacém tem a situação regularizada relativamente ao Capital Social que subscreveu nas diferentes empresas intermunicipais.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara Municipal tem a situação regularizada com todas as empresas em que é subscritora de Capital Social.-----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, referindo que foi positiva a mudança de Direcção da AMLA, porque contribuiu para que, pela primeira vez, sejam colocadas questões na Assembleia Municipal sobre a gestão das empresas intermunicipais, permitindo assim um debate democrático da situação, o que não aconteceu quando a AMLA era dirigida pela CDU.-----

Acrescentou que a questão abordada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal tem a ver com um problema de gestão da Regi, o qual já foi resolvido pelos órgãos competentes.-----

O senhor João Saraiva de Carvalho questionou sobre a data da constituição da empresa Regi.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que aquela empresa foi constituída no final do mandato anterior.-----

Mais esclareceu que a abordagem que fez sobre a gestão da mesma, na presente sessão, foi suscitada por questões colocadas pelos membros da Assembleia.-----

Acrescentou que no mandato anterior foi amplamente discutida na Assembleia Municipal a constituição da empresa Regi, assim como aconteceu com a criação de outras empresas intermunicipais.-----

Interveio o senhor Rui Madeira, referindo não partilhar da posição do senhor Alexandre Rosa sobre este assunto, acrescentando que colocou a questão porque a situação criada diz também respeito à Junta de Freguesia de Alvalade.-----

Apresentou em seguida, em representação dos eleitos da CDU, a seguinte proposta de Moção sobre este assunto:-----

-----“MOÇÃO”-----

Considerando que:-----

1- O projecto **Região Digital do Litoral Alentejano (RDLA)**, integrado na iniciativa “Cidades e Regiões Digitais” – financiada pelo Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POSC) foi constituído para a promoção da Sociedade da Informação e do Conhecimento.-----

2- A REGI, Empresa Pública Intermunicipal, criada por deliberação da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Litoral Alentejano (AMLA), que teve como missão a concretização do projecto RDLA que, após prolongamento autorizado pelo POSC, finalizou o período útil de concretização em Junho último.-----

3- O Município de Santiago do Cacém, através da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e eventualmente outros parceiros e instituições locais, participaram neste projecto com uma elevada expectativa de dotar as instituições e os cidadãos de novas competências, decisivas para o reforço da competitividade e para o desenvolvimento sustentável do território.-----

4- Que, o projecto RDLA parece ter sido concretizado apenas numa pequena parte, ficando muitos dos seus subprojectos sem execução ou com níveis muito baixos de execução. Por exemplo a Junta de Freguesia de Alvalade candidatou-se a um Posto Público de acesso à internet que continua por implementar, quanto se previa a sua abertura há mais de um ano. Os equipamentos foram colocados no local pela REGI e aguardam a ligação há mais de 6 meses.-----

5- Também na comunicação social têm surgido notícias alusivas aos problemas de concretização do projecto RDLA e à Administração da REGI.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária no dia 28 de Setembro de 2007 delibera:-----

Reprovar a gestão do Projecto RDLA, conduzida pela REGI, sob a responsabilidade dos eleitos do Partido Socialista nos Municípios de Alcácer do Sal, Grândola e Odemira, uma vez que essa gestão se revelou incompetente e incapaz na concretização de um projecto de enorme dimensão ao nível do investimento público e sem dúvida decisivo para a qualificação do Alentejo Litoral e para o Município de Santiago do Cacém.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção a discussão.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade questionando, se o promotor da proposta de Moção o podia esclarecer sobre o grau de execução do projecto em causa quando a gestão Socialista da Regi iniciou funções e em que fase é que o mesmo se encontra.-----

O senhor Rui Madeira respondeu que o projecto devia ter sido concluído no ano transacto, o que até agora não aconteceu.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção para votação, tendo sido **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, dos senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, António Brites Afonso, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Duas abstenções, do senhor Nuno Braz, eleito do PSD, e do senhor Francisco Roque, eleito do BE, e seis votos contra, dos senhores, Alexandre Rosa, Arnaldo Frade, José Diogo, Miriam Vicente, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, eleitos do PS.----

O senhor José Élio Sucena, eleito da CDU, não esteve presente nesta votação.-----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Voto contra, não relativamente ao que possa ter sido a gestão da Regi, o que desconheço, mas por considerar que não é em quatro ou cinco minutos de discussão e da forma como esta foi feita, que se pode avaliar negativa ou positivamente qualquer gestão.”-----

Esta declaração de voto foi subscrita pelos restantes eleitos do PS.-----

Pelo senhor Francisco Roque foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ Apesar de reconhecer que o projecto Alentejo Litoral Digital nunca funcionou muito bem, os atrasos foram-se sucedendo, existindo de facto razões para pôr em causa quer a gestão quer os objectivos alcançados. Contudo, parece-me limitativo discutir esta situação em tão pouco tempo para tirar conclusões, até porque também não conheço as responsabilidades dos parceiros da Regi neste processo.”-----

MOÇÃO SOBRE TRABALHO PRECÁRIO DE PESSOAL DA SAÚDE-----

Pelo senhor João Saraiva de Carvalho, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

-----“MOÇÃO-----

-----Trabalho precário do pessoal de saúde-----

Os deputados da C.D.U., analisando o desenvolvimento da tentativa de ausência de renovação dos contratos com o pessoal técnico de saúde e outros, no Hospital do Litoral Alentejano e Centro de Saúde de Santiago do Cacém e suas extensões, tiram as seguintes conclusões:-----

- Pelas dificuldades psicológicas a que os referidos profissionais estão a ser submetidos põe em causa a satisfação total dos utentes dos serviços em epígrafe.-----

- Iguamente a ausência da renovação dos contratos já referidos leva à diminuição dos efectivos clínicos, pondo em causa a possibilidade de continuidade de alguns serviços e a diminuição quantitativa de outros, colocando-se de novo a impossibilidade ou dificuldade em obter serviços de cuidado de saúde em tempo útil.-----

Os parágrafos anteriores traduzem a nossa preocupação quanto ao agravamento dos serviços de cuidados primários.-----

Convém lembrar, que as populações do Concelho de Santiago do Cacém, já se manifestaram publicamente, do estado deslizando do agravamento dos serviços de cuidados de saúde.-----

Convém ainda lembrar o défice de médicos de família, as acessibilidades, e ainda em contencioso político, a maternidade que, como é do conhecimento de todos, foi promessa da senhora ex – Ministra Manuela Arcanjo e de outros governantes que assumiram, publicamente, compromissos no sentido da sua concretização.-----

Pelo exposto, os deputados da C.D.U., põem à votação desta Assembleia Municipal, o seguinte teor da Moção:-----

“A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária em 28 de Setembro de 2007, repudiam a descontinuidade dos contratos do pessoal técnico de saúde, assim como a política de trabalho precário a que estes profissionais estão submetidos.-----

Sem trabalhadores em satisfação total na realização das suas funções no seu trabalho, dificilmente também os serviços prestados nos utentes são satisfação total.”-----

Aprovada esta Moção será enviada a:-----

- Senhora Governadora do Distrito de Setúbal.-----

- Sua Excelência o Senhor Presidente da República.-----

- Senhor Ministro da Saúde.-----

- Aos órgãos da Comunicação Social, Nacionais, Regionais e Locais.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou, de imediato, a proposta a votação.-----

A **proposta** de Moção foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, dezoito dos senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, António Brites Afonso, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, eleitos da CDU, um de um do senhor Nuno Braz, eleito do PSD, e um do senhor Francisco Roque, eleito do BE, e seis abstenções dos senhores,

Alexandre Rosa, Arnaldo Frade, José Diogo, Miriam Vicente, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, eleitos do PS.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Alexandre Rosa, em representação do Grupo Municipal do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: “ Abstemo-nos porque embora solidários com as pessoas abrangidas com esta situação, não dispomos, contrariamente ao que se passa com a bancada da CDU, de informação bastante para podermos avaliar, em consciência, da situação que nos é colocada.”-----

ENCERRAMENTO DE ESCOLAS NO MUNICÍPIO – MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO-----

O senhor Presidente apresentou o seguinte texto da proposta de Moção sobre o assunto em epígrafe, remetido pela senhora Paula Lopes, em nome dos eleitos da CDU:-----

“MOÇÃO-----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém manifestam o seu contentamento e saúdam o facto de apenas se ter verificado o encerramento de duas das oito escolas propostas pelo Ministério da Educação no ano lectivo de 2007/2008.-----

As iniciativas realizadas pela Associação de Pais, Agrupamento, Junta de Freguesia, Assembleia Municipal, Conselho Municipal de Educação e Câmara Municipal visando alterar a posição do Ministério da Educação, foram lutas decisivas.-----

Realçamos mais uma vez, que cada escola deve ser analisada por si só e que todos os factores devem ser considerados, quando se pensa encerrar estabelecimentos de ensino.-- Importante é que se tenha consciência que em primeiro lugar se proporcione às crianças uma educação de qualidade.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou, de imediato, a proposta a votação.-----

A **proposta** de Moção foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, dezoito dos senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, António Brites Afonso, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, eleitos da CDU, um de um do senhor Nuno Braz, eleito do PSD, e um do senhor Francisco Roque, eleito do BE, e seis abstenções dos senhores, Alexandre Rosa, Arnaldo Frade, José Diogo, Miriam Vicente, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, eleitos do PS.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Tenho vindo a defender relativamente a este assunto que o interesse das crianças deve estar em primeiro lugar. Defendo também que haja centros escolares onde todas as crianças tenham as mesmas condições, as que vivem perto das escolas e as que vivem nos montes. -----

Abstenho-me, porque tenho algumas dúvidas que esta situação, do não encerramento de algumas escolas, seja positiva no seu todo.”-----

FREGUESIA DE ERMIDAS SADO – PROBLEMAS VÁRIOS-----

O senhor Alberto de Brito solicitou informação sobre o ponto de situação dos seguintes assuntos:-----

Túnel na EN121 – referiu que é preciso uma intervenção nas **bombas** porque continua a haver problemas de escoamento das águas. -----
Acrescentou que o **semáforo** também não está a funcionar bem.-----

Pontão na vala da Alentinha, no caminho de acesso à sub-estação da Refer. Para quando a sua substituição?-----

Alteração da rotunda de acesso ao Bairro novo e à ZIL – Perguntou se já foi apresentado o projecto.-----

Drenagem no cemitério e junto à EB1-2 – Para quando as intervenções, há muito aguardadas?-----

Concluiu, congratulando-se pelo prémio atribuído pela Região de Turismo da Costa Azul à Comissão de Festas de Ermidas, considerando que o mesmo honra o trabalho daquela população e dignifica a Junta de Freguesia de Ermidas e o Município de Santiago do Cacém.-----

O senhor Presidente informou que as respostas às questões colocadas serão dadas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal no ponto relativo à Actividade Autárquica, dado que foi esgotado o tempo para intervenções no período Antes da Ordem do Dia.-----

A partir deste momento, eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, verificou-se a ausência do senhor Nuno Braz.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia que fosse dada, de imediato, a palavra aos Munícipes presentes, para que não fiquem obrigados a aguardar até ao final dos trabalhos. Não foram levantadas objecções.-----

O senhor Presidente informou que estão inscritos os senhores, Dinis Silva e José Ferro e a senhora Sílvia Joaquim para colocarem questões sobre problemas no sector da Saúde, bem como a senhora Custódia Matias para colocar questões do sector da Educação.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Dinis Silva, o qual em nome da Comissão de Utentes da Freguesia de Santiago do Cacém, começou por referir que, no passado dia quinze do mês em curso, foram assinalados os vinte e oito anos do Serviço Nacional de Saúde, acrescentando que o mesmo tem vindo a ser alvo de ataques por parte do Governo e de tentativas de privatização, conseguindo, mesmo assim, ficar classificado no 12º lugar, numa lista da OMS relativa aos Serviços de Saúde melhores do Mundo.-----

Referiu em seguida que é de valorizar a construção do Hospital do Litoral Alentejano, considerando que a mesma só foi possível graças à luta de alguns eleitos e da população do Litoral Alentejano.-----

Acrescentou que é urgente a construção da Maternidade naquele Hospital, nos 1.500 m2 que foram projectados para a mesma, porque consideram que não é digno que num país da União Europeia, as mulheres continuem a ter os seus filhos nas ambulâncias.-----

Alertou para as graves consequências da privatização do Serviço de Imagiologia que está a ser preparada naquele Hospital, medida que repudiam, porque mais uma vez são os cidadãos que vão pagar a factura.-----

Referiu que é de repudiar também a forma como a empresa Rodoviária trata os seus utentes, porque se recusa a deixar os mesmos dentro do espaço do Hospital, junto às consultas externas, exigindo mil e quinhentos euros por mês às Autarquias para o fazer.--

Relativamente ao encerramento do SADU, considerou que é uma situação inaceitável, porque a população, nos fins-de-semana, não tem serviços de enfermagem a que possa recorrer.-----

Chamou ainda a atenção para as dificuldades criadas pelo Dec-Lei 276-A/2007, de 31 de Julho, relativas ao trabalho precário no sector da Saúde, as quais podem levar ao encerramento de algumas extensões de Saúde. Pelo que, solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que interceda junto da Administração Regional de Saúde, para que esta garanta que as quotas que forem atribuídas ao Hospital do Litoral Alentejano sejam suficientes para o normal funcionamento daquele equipamento, o mesmo também em relação ao pessoal para o Centro de Saúde.-----

Apelou à participação de todos na manifestação que vai ter lugar, no dia dezoito de Outubro do ano em curso, no Parque das Nações, para mostrar o descontentamento das populações sobre as medidas do Governo no sector da Saúde.-----

Agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal o apoio concedido às Comissões de Utentes do Município de Santiago do Cacém e do Município de Grândola, disponibilizando transporte para a sua deslocação a Lisboa para uma vigília junto ao Ministério da Saúde, no passado dia vinte e um do mês em curso.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que, ultimamente, a questão do encerramento do SADU tem sido aquela que mais atenção tem merecido da Assembleia Municipal, de tal forma, que foi constituída uma Comissão para avaliar o impacto desta medida. Pelo que, gostaria que a mesma se pronunciasse sobre as conclusões a que chegou.-----

Acrescentou que aquando do encerramento do SADU, os eleitos do PS referiram que esta medida ia libertar mais horas para actos médicos e uma maior proximidade dos cidadãos.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor José Ferro da Comissão de Utentes de Santo André, o qual informou que, no passado dia quinze do mês em curso, teve lugar em Vila Nova de Santo André, uma sessão/debate sobre Cuidados de Saúde, com a colaboração de várias individualidades ligadas ao sector, e para a qual convidaram todos os órgãos do Poder Local do Município. Acrescentou que foi feita uma análise pormenorizada da situação que se vive no Município, da qual se concluiu que a mesma é preocupante, desde há vários anos, e que se agravou com o encerramento do SADU. Situação que resulta da falta de pessoal de Saúde e das políticas dos sucessivos governos que não tem respeitado a legislação relativa ao Serviço Nacional de Saúde nem a própria Constituição da República. -----

Mais referiu que o actual Governo do PS é o pior Governo que o País teve nos últimos trinta anos, o qual tem tomado medidas negativas em todos os sectores sociais, sobretudo no sector da Saúde. -----

Acrescentou que 40% dos cerca de trinta e três mil habitantes do Município não têm médico de família. Os estabelecimentos de Saúde não dispõem de várias especialidades nomeadamente, oftalmologia, psicologia e psiquiatria. Os cidadãos mais idosos vivem numa situação de angústia devido a falta de condições sociais, não vendo por parte do Governo qualquer preocupação sobre esta situação.-----

Relativamente ao encerramento do SADU, considerou que embora algumas coisas tenham melhorado, o balanço é profundamente negativo, dado que se perderam trezentas e trinta e seis hora/mês de actos médicos, equivalente a mil cento e cinquenta consultas mensais, ou seja, quarenta consultas diárias em todo o Concelho. Deixou de haver cuidados médicos e de enfermagem aos fins-de-semana. As populações de Santa Cruz e de Vale de Água têm que se deslocar às freguesias mais próximas para serem

consultadas. A taxa moderadora que é paga no Hospital é mais elevada, mais quatro euros e quarenta e cinco cêntimos, um aumento de cento e trinta e cinco por cento. Aumentou também o tempo de espera nas urgências do Hospital. -----
Informou ainda que, aquando da discussão da Petição sobre a Saúde na Assembleia da República, uma senhora Deputada do PS chegou a afirmar que com o encerramento do SADU resultou até uma oferta de médicos superior à procura. Afirmção que em sua opinião revela que a senhora Deputada foi muito mal informada sobre esta situação.-----
Mais considerou que é necessário que a Assembleia Municipal tome posição sobre este problema que se vive no Município.-----
Interveio o Senhor Arnaldo Frade, começando por referir que esta é uma matéria da maior importância, pelo que, gostaria que se conseguisse fazer outro tipo de discussão na Assembleia Municipal que não passasse por uma abordagem condenatória da actividade do Governo, feita de uma forma que considera um pouco primária.-----
Acrescentou que já referiu noutras ocasiões que não tem dúvidas de que o que está a ser feito no sector da Saúde não é suficiente, é preciso melhor nos cuidados médicos e de enfermagem, mas considera que é preciso que se tenha consciência de que não é possível fazer tudo de uma só vez.-----
Mais referiu que é preciso ter em conta que foi construído um Hospital novo no Município, embora não dispondo de todas as valências, mas é preciso ver também que no Município há arruamentos e passeios por fazer há trinta anos e que a Câmara Municipal os vai fazendo há medida que pode. Pelo que, considera que os ataques primários que são feitos à gestão do Governo, são tomadas de posição político/partidárias que não contribuem para uma discussão séria dos problemas.-----
Sobre a questão de excesso de médicos, esclareceu que os eleitos do PS foram informados pelo responsável dos Cuidados Primários de Saúde do Concelho que, em determinada altura, foi possível retirar um médico da Extensão de Saúde de Santo André, o qual neste momento tem a responsabilidade da pneumologia no Concelho.-----
Referiu ainda que, se não existem recursos médicos suficientes no País e se é feita uma alteração que promove a proximidade dos cuidados de Saúde aos utentes, tendo em conta que há freguesias que distam trinta quilómetros da Sede do Município, o que obrigava muitas pessoas a se deslocar ao SADU para obterem uma receita médica, é de questionar, se não é melhor o médico se deslocar à Extensão de Saúde para atender as pessoas. Acrescentou que o ideal seria existirem recursos financeiros e em pessoal de Saúde que permitisse o funcionamento pleno do SADU e das extensões da Saúde assim como de todas as valências no Hospital, mas esta não é a realidade do País.-----
Concluiu, referindo que, tendo em conta os recursos existentes, considera importante que este assunto seja abordado de forma séria e que as Comissões de Utentes se possam organizar no sentido de contribuírem para melhorar as situações, porque o que tem vindo a assistir é a uma crítica sistemática à Administração Central, como se houvesse por parte desta a vontade de prejudicar as pessoas, postura que não lhe parece correcta por parte de quem diz defender o Sistema Público. Pelo que, apelou para que este assunto seja tratado de forma objectiva para se poder melhorar a situação.-----
O senhor Presidente concedeu a palavra à senhora Sílvia Joaquim da Comissão de Utentes de Saúde de Cercal do Alentejo, a qual começou por referir que é de louvar os vinte e oito anos do Serviço Nacional de Saúde que permitiu o acesso das populações ao seu direito à prevenção da Saúde.-----
Acrescentou que a população do Litoral Alentejano está de parabéns pela construção do Hospital, o que só foi possível graças à sua luta e ao apoio das Autarquias Locais. Contudo, considerou que é de lamentar que até agora não tenha sido construída a

Maternidade no espaço que existe naquele Hospital para este fim, colocando as mães e os bebés em perigo ao nascerem nas ambulâncias a caminho dos Hospitais mais próximos, a cem quilómetros de distância, como se vivessem num país do Terceiro-Mundo.-----

Referiu também a importância deste Hospital tendo em conta as indústrias de risco existentes na região.-----

Mais referiu que apoiam os trabalhadores da Saúde com contratos precários, tendo em conta a instabilidade em que os mesmos vivem, sempre na incerteza relativamente ao seu futuro, o que dificilmente não se reflecte negativamente no seu desempenho. Situação particularmente grave porque se trata de profissionais que cuidam da saúde das pessoas.- Acrescentou que os Serviços de Saúde estão debilitados por falta de pessoal, o que faz com que muitos utentes tenham que esperar meses por consultas em algumas especialidades. Alguns acabam por desistir, abreviando a morte, outros recorrem aos privados ou à automedicação. É a lei da sobrevivência, consequência das medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Governo do PS, o qual anda a brincar com a saúde das pessoas, destruindo o Serviço Nacional de Saúde para beneficiar os privados. Pelo que, quem tem dinheiro vive, quem não tem dinheiro morre.-----

Mais referiu que são também os utentes que suportam as consequências do encerramento do SADU, porque as taxas moderadoras são mais elevadas no Hospital.-----

Acrescentou que, se os eleitos do PS afirmam que com o encerramento do SADU há mais consultas, sugeriu que sejam dadas consultas na Sonega, pelo menos uma vez por semana, tendo em conta que se trata de uma população com muitos idosos.-----

Informou ainda que os eleitos do PS na Assembleia de Freguesia do Cercal votaram contra a Moção sobre a Saúde.-----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, começando por referir que, no PS, os eleitos votam como entendem, em função do conteúdo dos documentos e do debate sobre os mesmos.-

Mais referiu que não pode deixar de se associar às preocupações que, aparentemente, estão por detrás das várias intervenções que foram feitas, porque são preocupações legítimas, tendo em conta que existem ainda muitos problemas no Município relativos ao assunto em discussão e que, não se pode parar, até que os mesmos sejam resolvidos. Contudo, referiu que esta questão tem também a ver com a forma como é vista, considerando que a CDU tem uma forma negativa de ver as situações quando se trata de pedir responsabilidades aos outros, diferente daquela que tem em relação às suas próprias responsabilidades. -----

Acrescentou que o senhor José Ferro admitiu que resultaram alguns aspectos positivos do encerramento do SADU, quando, anteriormente, considerava que do mesmo só resultariam aspectos negativos, o que é uma evolução.-----

Mais considerou que não é sustentável a afirmação de que a situação de cuidados de saúde está pior no Município, bastando comparar a realidade do passado com o Hospital Conde do Bracial e a nova realidade com o Hospital do Litoral Alentejano.-----

Referiu ainda que, aparentemente, todos querem defender o SNS – Serviço Nacional de Saúde, recordando que quem o criou foi o PS, pelo que, se há partido que jamais destruirá o SNS, é o Partido Socialista. Contudo, para o preservar, é preciso procurar formas que garantam a sua sustentabilidade. Acrescentou que o que importa é tratar bem as pessoas, não só os que estão perto do SADU, mas também aqueles que estão longe.--

Concluiu, referindo que ficou surpreendido com algumas afirmações feitas nesta Sessão nomeadamente, de que o Governo do PS é o pior que o País teve, quando a construção do Hospital do Litoral Alentejano foi decidida por um Governo do PS, não resultando somente das lutas da população e das Autarquias como foi dito, reconhecendo que,

naturalmente, tiveram o seu papel no processo, pelo que, considerou que aquele equipamento é uma vitória de todos, incluindo o Governo PS. Acrescentou que subscreve, acompanha e é solidário com o essencial das preocupações que motivaram as intervenções sobre este assunto, apelando para que se lute, em conjunto, para a resolução dos problemas e não se venham colocar as questões com base em motivações partidárias.-----

Interveio o senhor José Sucena, referindo que as pessoas do público quando vêm à Assembleia é para serem esclarecidas sobre as situações que as preocupa e não para obterem respostas meramente políticas às questões que colocam.-----

Referiu que é lamentável a atitude condenatória dos eleitos do PS, senhor Arnaldo Frade e senhor Alexandre Rosa, relativamente à Bancada da CDU, considerando também lamentável que tivessem tomado a mesma posição em relação a pessoas do público, ao afirmarem que as mesmas vêm à Assembleia Municipal a mando da CDU para dizer mal do Governo. Acrescentou que os cidadãos têm o direito legal de falar e de não serem denunciados relativamente às suas opções político/partidárias.-----

Saudou em seguida os vinte e oito anos do SNS e o seu mentor Dr. António Arnaut, membro do PS, o qual nesta qualidade tem contestado a actual política de Saúde do Governo do seu Partido.-----

O senhor Alexandre Rosa esclareceu que não denunciou ninguém nesta Assembleia como foi afirmado pelo senhor José Sucena, o que referiu foi que as intervenções dos membros das Comissões de Utentes eram iguais às da CDU.-----

Acrescentou que reconhece que os cidadãos têm todo o direito de expor os seus problemas, mas não pode fingir que não entende que as posições políticas assumidas pelos membros das Comissões de Utentes, as quais respeita, são iguais às defendidas pela CDU.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que a bancada do PS o que lamenta é que não venham mais pessoas à Assembleia colocar questões. -----

Mais referiu que fica mal aos eleitos fazer que não percebem o que está a acontecer à sua volta, acrescentando que a questões de nível político/partidário os eleitos do PS só podem responder da mesma forma.-----

Referiu ainda lamentar que algumas Comissões de Utentes, em vez de serem instrumentos de participação cívica para a melhoria das condições de vida das pessoas, são, por vezes, aproveitadas por elementos mais hábeis que procuram fazer passar as suas mensagens político/partidárias através delas por não serem capazes de as fazer passar com a sua própria bandeira.-----

O senhor João Saraiva de Carvalho referiu que a questão da precariedade do pessoal de saúde é uma grande preocupação, porque a existência de um equipamento como o Hospital do Litoral Alentejano sem trabalhadores para dar resposta aos utentes não cumpre os seus objectivos.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual deu conhecimento que tinha acabado de receber uma comunicação do Sindicato dos Enfermeiros informando sobre uma manifestação/concentração que terá lugar no dia oito de Outubro em frente aos Paços do Concelho, para alertar a população sobre a situação no Hospital do Litoral Alentejano resultante da precariedade dos contratos dos trabalhadores da Saúde. Acrescentou que o Sindicato também lhe solicitou uma audiência para expor os problemas existentes no sector da Saúde.-----

Mais informou que vai promover uma reunião com todas as Comissões de Utentes do Município, para a qual convidará também a ARS – Administração Regional de Saúde,

para análise da situação, a qual, em sua opinião, é mais grave do que aquela que foi retratada na Assembleia.-----

Relativamente à construção do Hospital do Litoral Alentejano, referiu que é necessário precisar e esclarecer alguns factos do processo, para clarificar afirmações que foram feitas sobre o mesmo, as quais não correspondem à verdade. Assim, recordou que foi o Dr. Paulo Mendo, do Governo do PSD, que aprovou o Plano Funcional daquele Hospital. Foi o Governo PS que lançou a empreitada para a sua construção, a qual começou a ser desenvolvida por outro Governo do PSD, que em determinada altura a interrompeu, só a retomando e concluído, depois dos Autarcas se terem deslocado a Bruxelas para apresentarem uma queixa sobre esta situação.-----

-----**EDUCAÇÃO – ACTIVIDADES ESCOLARES**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra à senhora Custódia Matias, Presidente da Associação de Pais da EB1 de Santiago do Cacém, a qual começou por referir que o ano lectivo começou com algumas dificuldades devido ao elevado número de alunos inscritos na EB1 e nos Jardins de Infância. Acrescentou que, recentemente o senhor 1º Ministro referiu numa entrevista que o Governo ia investir nos Jardins-de-infância. Contudo, passados alguns dias, a senhora Ministra da Educação veio dizer que não se ia investir em professores para o 1º Ciclo e Jardins-de-infância, o que a deixou perplexa e preocupada.-----

Mais referiu que se congratula com a construção da nova Escola, mas está preocupada porque o número de salas previsto para o 1º Ciclo não vão ser suficientes para o número de alunos, pelo que, alertou para que esta situação possa ser imediatamente revista.-----

Referiu ainda que a EB1 de Santiago do Cacém precisa de pequenas reparações. Acrescentou também que devia haver por parte do Governo um reforço financeiro para melhorar a informatização das Escolas, porque há algumas dificuldades com a Internet, devido às características dos edifícios.-----

Mais informou que há problemas com a deslocação das crianças para actividades nas Piscinas Municipais, por dificuldades de transporte, pelo que solicitou que fosse vista a possibilidade de reforço da frota Municipal, no sentido de permitir também a deslocação dos alunos em visitas de estudo, porque há crianças que só através da Escola é que têm a possibilidade de se deslocar a outros lugares. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que a intervenção da senhora Presidente da Associação da EB1, vem reforçar a posição da Câmara Municipal sobre a questão do transporte das crianças, a qual vai colocar ao Ministério da Educação. Mais referiu que a Câmara Municipal tinha planeado transportar as crianças de todas as escolas do Município para as actividades nas Piscinas Municipais, plano este que foi inviabilizado pelos programas de enriquecimento curricular introduzido pelo Governo, porque implica a extensão dos horários.-----

Mais referiu não compreender porque razão a EB1 de Santiago do Cacém, localizada na proximidade das Piscinas Municipais, está dependente do transporte da Câmara Municipal para levar as crianças até àquele equipamento.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que está a ser feito um investimento importante na EBI de Santiago do Cacém, num esforço conjunto da Administração Central e da Administração Local. Acrescentou que as instalações escolares para o 1º Ciclo do Ensino Básico são da competência da Câmara Municipal.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Expediente.**-----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em vinte e nove de Junho de dois mil e sete até vinte e sete de Setembro de dois mil e sete, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Actas.-----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número quatro**, da Sessão Extraordinária de quinze de Maio de dois mil e sete, a qual foi **aprovada, por maioria**, com oito abstenções, dos senhores, Alexandre Rosa, José Diogo, Miriam Vicente, Hélder Nunes, Joaquim Gonçalves, António Afonso, Albano Mestre e Ângela Matias, por não terem estado presentes.-----

O senhor Presidente informou que a **acta número cinco**, da Sessão Ordinária de vinte e nove de Junho de dois mil e sete, já distribuída, será apreciada e votada na próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----

3. Comissão para acompanhamento da situação relativa ao encerramento do SADU – Conclusões.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Vítor Paulo, Coordenador daquela Comissão, o qual apresentou as conclusões da mesma que a seguir se transcrevem: “Após reunir com o Conselho de Administração do Hospital do Litoral Alentejano, Direcção do Centro de Saúde, Delegado de Saúde e Comissões de Utentes dos Serviços de Saúde das freguesias de Santiago do Cacém, Santo André, Cercal do Alentejo e Ermidas Sado, assim como feita auscultação aos presidentes das Juntas de Freguesia do Município, a Comissão de Acompanhamento dos Efeitos do Encerramento do SADU do Centro de Saúde de Santiago do Cacém entende que:-----

1) O número de horas e médicos de família no Centro de Saúde e nas Extensões aumentou. Nomeadamente: Cercal do Alentejo, S.Domingos/Vale de Água, Santo André, Santiago do Cacém, Abela e Ermidas Sado.-----

Não houve alterações em: Alvalade Sado, S. Bartolomeu da Serra, S. Francisco da Serra e Santa Cruz.-----

No entanto, esta melhoria está muito longe do necessário encontrando-se ainda 13.000 utentes sem médico de família.-----

2) Ao nível dos actos de enfermagem piorou significativamente afectando principalmente as freguesias de Santiago do Cacém, S. Francisco da Serra e Santo André.-----

3) Quanto ao Hospital do Litoral Alentejano, imediatamente a seguir ao encerramento do SADU apresentou um acréscimo de actos médicos na urgência e conseqüente aumento do número de horas de espera, sendo de momento, a resposta satisfatória.-----

Conclusão: de uma forma geral a prestação de cuidados de saúde primários melhorou ao nível da relação médicos de família/utente, tendo piorado significativamente nos actos de enfermagem.-----

Sendo ainda notória a necessidade de um reforço do número de médicos, enfermeiros e pessoal administrativo, bem como reavaliação permanente das necessidades e redistribuição dos referidos técnicos.”-----

O senhor Presidente colocou o documento para discussão.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que se congratula com o texto apresentado, realçando a moderação bem como a forma e o aspecto construtivo do mesmo, tendo em conta que as conclusões sobre este assunto foram produzidas por um conjunto de eleitos e entidades de diferentes sensibilidades políticas. Acrescentou que este é o caminho certo

a seguir, ou seja, identificar os problemas e, em conjunto, procurar soluções para os ultrapassar.-----

O senhor Francisco Roque referiu que participou na Comissão em representação do BE, e que, desde o início tiveram dúvidas sobre as consequências positivas ou negativas do encerramento do SADU, porque achavam que esta medida não resultava da necessidade de reestruturação dos Serviços, mas sim de constrangimentos orçamentais.-----

Acrescentou que foi considerado o facto do SADU prestar serviços centralizados na sede do Município; serviços de urgência e outros cuidados médicos, prestados por médicos de família, o que afectava a sua deslocação às freguesias mais distantes. Pelo que, apesar de se ter verificado uma redução de cerca de cinquenta por cento de horas de consultas, estas passaram ser dadas mais próximas dos utentes. Mais referiu que, apesar de uma maior disponibilidade dos médicos de família, existem ainda situações críticas no Município, não só de disponibilidade de médicos, mas também de organização do sistema, dando como exemplo a situação em Deixa-o-Resto, onde muitas pessoas não têm médico de família e também não podem marcar consulta com antecedência, só quando o médico chega àquela Extensão de Saúde e por ordem de chegada, considerando que esta não é a forma correcta de prestar cuidados de Saúde, porque não serve os utentes, levando a que uns tenham que recorrer às urgências, outros aos privados, saindo do sistema de Saúde, por desistência.-----

Concluiu, referindo que desconfia das medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Governo PS no sector da Saúde, e que lhe parece que estas reformulações no Serviço Nacional de Saúde não visam os interesses dos cidadãos, nem apontam para o reforço do SNS, mas sim para a sua desagregação, com o objectivo de tornar mais apetecível a privatização do negócio da Saúde.-----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal a continuação dos trabalhos. Não foram levantadas objecções.-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---a) Derrama/ano de 2008;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“PROPOSTA: a) Que seja lançada Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), a cobrar no ano de 2008, que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município, com vista ao reforço da capacidade financeira.-----

b) Que a presença proposta, seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea b) do artigo 10º e do nº 1 e 2 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, e da alínea a) do nº 6 do artigo 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, questionando se havia uma estimativa das receitas para dois mil e sete.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foi feita uma estimativa, mas com a introdução de novos mecanismos pela lei actual, os valores podem variar.-----

O senhor Francisco Roque sugeriu que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal que seja aplicada uma taxa diferenciada para as pequenas empresas, reduzindo a Derrama para 1,2 % para as empresas com facturação inferior a cento e cinquenta mil euros.-----

Referiu ainda que estas taxas têm vindo a ser aplicadas nos seus limites máximos com vista à arrecadação de receitas, mas devem começar a ser discutidas numa perspectiva da sua redução diferenciada relativamente às pequenas empresas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que registou a recomendação feita, com vista à sua aplicação no próximo ano.-----

O Senhor Arnaldo Frade considerou que pode ser prematuro avançar já com a definição da taxa recomendada pelo BE, sugerindo que o assunto volte a ser discutido na sessão ordinária de Junho do próximo ano, com base nos indicadores entretanto apurados sobre esta matéria.-----

O senhor José Sucena referiu que esta questão deve ser devidamente ponderada para se apurar da sua aplicabilidade, depois de feito o balanço relativamente aos resultados do exercício em apreço. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, António Afonso, Ângela Matias e Albano Mestre. Sete abstenções, seis dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e uma do eleito do BE, senhor Francisco Roque.-----

--- **b) Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I);**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I) a incidir sobre o valor patrimonial tributário, a vigorar em 2008:-----

- Para prédios urbanos – 0,7%.-----

- Para prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,5%.-----

2. Que a presente proposta, seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 alínea f) do artº 53 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea b) e c) do nº 1 do artº 112º do Código do Imposto Municipal sobre imóveis publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro e o disposto na alínea a) do nº 6 do artº 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5 -A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que também neste assunto continua a haver apenas a preocupação com as receitas sem se reflectir na possibilidade de diferenciação das taxas.-----

Questionou sobre, se há uma estimativa do valor do IMI que vai ser arrecadado pela Câmara Municipal em 2007, e, se estas taxas reflectem alguns objectivos políticos delineados pela Câmara Municipal.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foi feita uma estimativa da receita mas com a introdução de novos mecanismos da actual lei, os valores podem variar.-----

Mais referiu que não foram as Autarquias que produziram a legislação da qual resultam as taxas em apreço e que as mesmas não têm qualquer intervenção na decisão sobre os coeficientes. Acrescentou que admite que no futuro se venha a equacionar a possibilidade da sua aplicação diferenciada.-----

O senhor Francisco Roque referiu que, desde dois mil e seis, se regista um aumento das receitas provenientes desta colecta aplicada à propriedade urbana e rústica, a qual se tem traduzido numa tributação excessiva para muitas famílias. Acrescentou que a diferenciação das taxas do IMI pode ajudar as pessoas de algumas zonas a se fixarem nas mesmas e permitir a penalização no que se refere a edifícios devolutos.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se está a deliberar com base num quadro formatado e desvirtuado relativamente ao IMI, esclarecendo que para os prédios novos havia um período de dez anos de isenção, o qual foi reduzido. Os prédios antigos passaram a ser tributados de outra forma, porque havia situações que eram um atentado em termos de justiça fiscal, mas continua a haver falhas. -----

Mais esclareceu que metade desta receita é arrecadada pela Administração Central e que o aumento de receitas referido se deve ao incremento de novas construções e de loteamentos, bem como ao término do período de isenção de muitos prédios.-----

Referiu ainda que para se obter uma maior justiça fiscal e sobretudo uma maior equidade, é preciso que se avance com a aplicação do Código relativamente aos prédios rústicos e aos que estão por avaliar, matéria que não é decidida pela Assembleia Municipal.-----

O senhor Francisco Roque referiu que a lei em vigor permite a diferenciação das taxas e considerou que é chegada a altura de utilizar os mecanismos existentes para aprovar taxas dentro dos intervalos estabelecidos, pelo que apresentou a seguinte proposta: -----

“Por forma a dinamizar a oferta habitacional nas zonas rurais, bem como a desagrarar o pesado encargo que as famílias têm com a tributação das suas habitações e para penalizar e combater a existência de prédios urbanos devolutos, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal a adopção das seguintes taxas diferenciadas:-----

- Prédios urbanos – 0,6%. -----

-Com agravamento de 30% para prédios urbanos devolutos;-----

- Com uma bonificação de 20% para prédios urbanos nas freguesias do interior (excepto Santiago do Cacém e Santo André).-----

-Prédios urbanos avaliados no CIMI – 0,4%.-----

- Com uma bonificação de 20% para as localidades nas freguesias do interior (excepto Santiago do Cacém e Santo André).”-----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, começando por referir que deve ser feita uma reflexão sobre a proposta do eleito do BE, no sentido de avaliar as políticas sociais que podem ser adoptas relativamente a esta matéria que permitam dar um sinal para atrair as pessoas, de forma a que no próximo ano se tomem um conjunto de medidas sobre este assunto.-----

Mais referiu que a Câmara Municipal tem que começar a dizer o que é que pode fazer por Santiago do Cacém dentro do quadro legal em vigor, porque no mesmo há espaço para as Câmaras intervirem e optarem por políticas municipais sobre esta matéria.-----

Acrescentou que os eleitos do PS se vão abster na votação da proposta da Câmara Municipal, porque consideram que a mesma tem o direito de tomar a opção política que entender nesta matéria.-----

O senhor Saraiva de Carvalho referiu que é difícil, neste momento, determinar as percentagens mais adequadas porque a aplicação do IMI colide com o previsto no Regulamento de Edificações Urbanas, nomeadamente no cálculo do valor patrimonial.---

O senhor Francisco Roque considerou que estes constrangimentos existem sempre, independentemente do valor da taxa, e que não lhe parecem válidos os argumentos para não se avançar já com taxas diferenciadas, cujos resultados seriam avaliados no próximo ano. Acrescentou que se deve ter a coragem de alterar as situações.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os Municípios estão com sérios problemas financeiros que resultam, em parte, da aplicação da nova Lei das Finanças Locais, recordando os alertas que foram feitos pela Associação de Municípios sobre o assunto. Recordou também que o 1º Ministro prometeu que, se fossem arrecadados mais impostos, o Governo seria solidário com as Autarquias canalizando parte das verbas para estas, com o qual não cumpriu.-----

Acrescentou que os eleitos na Assembleia Municipal não têm mais preocupações que os eleitos na Câmara Municipal sobre as questões sociais, mas considera que é preciso ter em conta a realidade do País, acrescentando que muitos problemas resultam de questões estruturais, cuja resolução não depende das Autarquias.-----

O senhor Francisco Roque referiu que a sua proposta não é original, porque há Municípios que já aplicam as taxas diferenciadas, acrescentando que a apresentou porque está convencido que Município também tem condições para a aplicar.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a votação a **proposta apresentada pelo senhor Francisco Roque**, a qual foi rejeitada, por maioria, com vinte e quatro votos contra, dos eleitos da CDU e do PS, e um voto a favor do proponente.-----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: O senhor Arnaldo Frade declarou que os eleitos do PS consideram a proposta pertinente, mas discordam da oportunidade de aplicação da mesma.-----

O senhor José Sucena declarou que os eleitos da CDU votaram contra porque consideram que a proposta não é exequível e têm dúvidas sobre a sua legalidade.-----

O senhor Presidente colocou, em seguida, a **proposta da Câmara Municipal** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, António Afonso, Ângela Matias e Albano Mestre. Sete abstenções, seis dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e uma do eleito do BE, senhor Francisco Roque.-----

--- **c) Participação variável no IRS – Fixação de percentagem;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: 1.** Definir para o ano de 2008 a taxa de 5% para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município.-----

FUNDAMENTOS: De acordo com os n.º 1 e 2 do artigo 20 da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e o disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53 e na alínea a) do n.º 6 do artigo 64 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que o Governo colocou o ónus da cobrança deste imposto nas Câmaras Municipais para desagravarem ou não a carga fiscal sobre os contribuintes, com a compensação de terem ou não mais receitas. Acrescentou que na opinião do BE, para se mexer na variação da taxa do IRS, tinha que se mexer na estrutura deste imposto, porque as variações nesta taxa, por muito pequenas que sejam, vão beneficiar os escalões mais elevados, pelo que não iria ter qualquer utilidade do ponto de vista social.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dezoito dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, António Afonso, Ângela Matias e Albano Mestre, e um do eleito do BE, senhor Francisco Roque. Seis abstenções, dos eleitos do PS, senhores, Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

--- **d) Sala de Convívio da Associação de Moradores de Aldeia dos Chãos – Constituição de Direito de Superfície – Interesse Público das instalações;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a **proposta** no sentido da Assembleia Municipal **declarar o interesse público** das instalações mencionadas em epígrafe, para cedência à Associação de Moradores de Aldeia dos Chãos, do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 5 576º, descrito na C.R.P. sob a ficha n.º 00224/260785 da freguesia de Santiago do Cacém, sito na Aldeia dos Chãos, em direito de superfície, à taxa 0, e pelo período de 70 anos, destinado a Sala de Convívio.-----

FUNDAMENTOS: 1. Tendo em conta que a referida Associação já se encontra a ocupar há algum tempo, as instalações referidas;-----

2. De acordo com o previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

3. Nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artº 29 do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 313/80, de 19 de Agosto.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, colocou a proposta, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade.**”-----

--- e) **Aquisição de serviços para revisão do Plano Director Municipal – PDM- Repartição de encargos;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal, autorização para o dispêndio da verbas estimada em 150.000,00 €, (Cento e cinquenta mil euros), com a aquisição de serviços para a revisão do Plano Director Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte repartição de encargos: no ano de 2008, cem mil euros, e no ano de 2009, cinquenta mil euros.-----

Estas verbas serão inscritas em orçamento e AMR dos anos respectivos.-----

FUNDAMENTOS: Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, colocou a proposta, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dezoito dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, António Afonso, Ângela Matias e Albano Mestre, e um do eleito do BE, senhor Francisco Roque. Seis abstenções, dos eleitos do PS, senhores, Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

--- f) **Alteração ao Loteamento Municipal de S. Domingos – Desafectação de terreno do Domínio Público;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a **proposta** no sentido da Assembleia Municipal aprovar a desafectação da área de 1274,81 m² do domínio público municipal para o domínio privado do Município, para criação de dezassete novos lotes no Loteamento Municipal de S. Domingos e eliminação dos anteriores lotes 1 e 3, que revertem para espaço do Domínio Público do Município, sendo os novos lotes constituídos através da alteração ao lote 2 e ao lote 4 e parte do domínio público que será desanexada para o domínio privado do município. Os lotes destinar-se-ão a habitação, sendo permitidos nos lotes 10 e 15 o uso de comércio/serviços, para além do uso de habitação, conforme planta síntese e memória descritiva.*”-----

FUNDAMENTOS: Nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 7.º, do Dec. Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Dec. Lei 177/01, de 4 de Junho, as operações de loteamento promovidas pela autarquia local estão isentas de licenciamento, sendo a aprovação das mesmas da competência da Câmara Municipal, de acordo com a alínea a) do n.º 3 do artigo 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Durante o período de discussão pública foram apresentadas algumas sugestões pela Cooperativa de Habitação e Construção económica Alegria do Povo, designadamente a

introdução do uso de comércio/serviços para os lotes 10 e 15, que já se encontram contempladas nas plantas.-----

De acordo com a alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei 166/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei 5-A/2002, de 11.01.2002, cabe à Assembleia Municipal deliberar sobre a afectação ou desafectação de bens do domínio público municipal, nos termos e condições previstos na lei.”-----

*documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número quinze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, colocou a proposta, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade.**”-----

--- g) Bairro da Atalaia, Lote 12 – Anexação de parcela de terreno – Desafectação do Domínio Público;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: Um** – Aprovar a desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 72,00 m2, destinada a ser anexada ao prédio urbano sito no Bairro da Atalaia, Lote 12, em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 3 990º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 02246/240194, da freguesia de Santo André, a confrontar a Norte com Espaço Verde de Utilização Pública, a Sul com o Lote 12, a Nascente com Espaço Verde de Utilização Pública, e a Poente com Lote 13.

FUNDAMENTOS: De acordo com o requerido pelo Senhor Alfredo Eusébio Paias Lopes da Silva, conforme parecer positivo dos Serviços Técnicos Municipais, e da Junta de Freguesia de Santo André, e por não terem existido reclamações, resultantes do inquérito público.

Nos termos da alínea b), nº 4 do art.º 53º; da alínea a), nº 6 do art.º 64º e art.º 91º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, colocou a proposta, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade.**”-----

--- h) Bairro da Atalaia, Lote 1 – Anexação de parcela de terreno – Desafectação do Domínio Público;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: Um** – Aprovar a desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 108,00 m2, destinada a ser anexada ao prédio urbano sito no Bairro da Atalaia Sul, lote n.º 1, em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 6 115º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 02235/240194, da freguesia de Santo André, a confrontar a Norte com Rua Pública, a Sul e Poente com terrenos do Município e a Nascente com Rui Miguel Isabel

Galambas.

FUNDAMENTOS: De acordo com o requerido pela senhora Maria Adelaide de Sousa Santos conforme parecer positivo dos Serviços Técnicos Municipais, e da Junta de Freguesia de Santo André, por não terem existido reclamações, resultantes do inquérito público.

Nos termos da alínea b), nº 4 do art.º 53º; da alínea a), nº 6 do art.º 64º e art.º 91º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, colocou a proposta, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

--- **i) Associação Cultural Recreativa e Religiosa de Santo André Aldeia – Constituição de Direito de Superfície – Sala de Convívio – Rectificação da deliberação da Assembleia Municipal de 21 de Dezembro de 2006.**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal, a rectificação da deliberação tomada em Sessão Ordinária de 21 de Dezembro de 2006, relativa à cedência em direito de superfície, à Associação Cultural Recreativa e Religiosa de Santo André Aldeia, do edifício destinado a Sala de Convívio, no sentido de passar a constar que o mesmo se encontra inscrito na matriz urbana sob o artigo 6 397º da freguesia de Santo André, e não sob o artigo P 6 327º, como por lapso ficou mencionado.-----

FUNDAMENTOS: De acordo com o artigo 148º do C. P. A., os erros de cálculo e os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificadas a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do acto.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, colocou a proposta, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

4. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal de Junho a Agosto de dois mil e sete, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezasseis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

RESPOSTAS A QUESTÕES COLOCADAS ANTES DA ORDEM DO DIA RELATIVAS À FREGUESIA DE ERMIDAS-----

Túnel na EN 121 – O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que é a Refer que deve proceder à correcção do defeito do sistema de bombagem daquela passagem desnivelada, tendo em conta que a Câmara Municipal aceitou a responsabilidade do mesmo, mas com uma garantia de cinco anos.-----

O senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao senhor Vereador José Rosado, o qual informou que foi solicitada à Refer uma intervenção urgente naquelas bombas e foi recomendada a colocação de uma terceira bomba naquele local.-----

O senhor Vereador José Rosado informou ainda que vai mandar verificar a anomalia existente nos semáforos.-----

O senhor Alberto de Brito alertou também para a necessidade de se proceder a uma limpeza à saída das manilhas.-----

Pontão na vala da Alentinha-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquele pontão permite o acesso à sub-estação da Refer e que o entendimento que a Câmara tinha era de que a sua manutenção seria da responsabilidade daquela empresa, tendo o assunto sido várias vezes abordado com a mesma. Contudo, numa reunião que teve lugar recentemente, a Câmara Municipal assumiu a reparação da valeta, a efectuar a curto prazo, ficando para mais tarde a colocação das manilhas e outros trabalhos de beneficiação naquele pontão.--

Drenagem das águas pluviais junto à EB1 e no Cemitério-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador José Rosado, o qual informou que, até ao final do ano em curso, serão feitas intervenções para o escoamento das águas através de valas que irão ser abertas junto àqueles equipamentos.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora e vinte minutos, do dia vinte e nove de Setembro de dois mil e sete.-----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

